

Sarney pede participação de

EBN

8/6/88, QUARTA-FEIRA • 5

todos no desarmamento

Aylê-Salassie
Enviado Especial



— "A destruição total não faz escolha entre ricos e pobres", portanto, "o desarmamento, por maiores que sejam os arsenais das grandes potências, não pode ser apenas uma discussão a dois". A advertência foi feita ontem pelo presidente José Sarney ao falar na III Sessão Especial sobre Desarmamento, da 42ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), e dirigida ao presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, e ao secretário geral do Partido Comunista, Mikhail Gorbachev.

Disse Sarney que "a tarefa da salvação é de todos, sem exclusão de ninguém" e que "o enfraquecimento do multilateralismo é danoso à causa da paz". Reconheceu, entretanto, o presidente do Brasil que Reagan e Gorbachev tiveram, pelo menos, a coragem de romper barreiras, começando de maneira efetiva um programa de desarmamento, que "não pode parar e que deve continuar, para que se rompa essa teoria satânica de que a paz é o equilíbrio do terror", conforme pregava Bismarck.

A fala do Presidente brasileiro teve a duração de 25 minutos e foi ouvida por, pelo menos, 90 representantes de países membros da ONU, entre os quais o general Vernon Walters, delegado dos Estados Unidos, e membros da delegação da União Soviética. Sarney foi muito aplaudido no final da conferência, que terminou fazendo alusão ao trabalho, em favor da paz e contra a miséria, da

madre Teresa, de Calcutá, e a irmã Dulce, do Brasil.

Foi interrompido pelas palmas, uma única vez — ao contrário de sua fala no mesmo auditório em 1985 — quando afirmou que era preciso evitar a militarização das ideologias. "Não desejamos um mundo em que o pensamento tenha que ser imposto pelas armas, e como intelectual, acredito que a luta pela paz começa pelas idéias".

Contra a pobreza

Sarney chamou a atenção das delegações presentes à discussão sobre o desarmamento para a "trágica constatação da massa gigantesca de recursos postos à disposição da tecnologia das armas e o quanto são cada vez menores os recursos que se destinam ao combate à pobreza absoluta". Indagou: "Qual o destino que está reservado a esta parcela da humanidade que só possui o dia e a noite?". Respondeu, em seguida, que elas esperam o desarmamento dos arsenais da fome, da falta de oportunidades de trabalho e de outras desigualdades de ordem econômica e moral. "Deseja-se a redução da distância que separa o mundo mais pobre da era das descobertas científicas e tecnológicas".

Destacou ele os esforços históricos do Brasil em favor da paz e contra as discriminações, especialmente a racial, bem como no sentido de aparar arestas políticas regionais com o propósito de fortalecer a unidade de interesses regionais. Mostou que o Brasil vem desenvolvendo uma ação nesse sentido com a Argentina, e que ele visitou unidades atômicas naquele país, ao mesmo tempo que convidou o presidente Raul Alfonsín para inaugurar no Brasil uma fábrica de enriquecimento de urânio em São Paulo.

Cobrou também das Nações

Unidas medidas efetivas para consolidar o acordo contra o uso de armas químicas, que se arrasta desde 1925 para entrar em efetivo funcionamento, e condenou o risco de militarização dos espaços cósmico, inclusive nuclear, disse.

Posição brasileira

Enumerou, depois, os cinco pontos em que se fundamentam a posição brasileira em favor do desarmamento: 1) Nenhum Estado pode recomendar o desarmamento ao outro, se ele não está disposto a dar o exemplo; 2) Os direitos à segurança são iguais para todos; 3) O grau de desenvolvimento industrial ou tecnológico não desobriga o respeito ao desarmamento internacionalmente acordados; 4) Não-militarização do espaço exterior, como exemplo para o desarmamento regional; 5) A proliferação geográfica de armas nucleares compromete a posição adotada por muitos estados de renunciarem à opção nuclear.

Disse ainda o presidente Sarney que "o caminho da paz é a democracia" e que ela não pode ser julgada pela realização imperfeita dos seus valores. Destacou ser "natural que o Brasil integrante de uma das regiões menos armadas do globo, com um mínimo de dispêndio militar, reivindique nesse processo o que a lógica do bom senso reclama daqueles que concentram os maiores contingentes militares e protagonistas maiores do poderio bélico".

Finalmente, observou que os países da América Latina contam "com a colaboração e a boa fé dos demais países, e em particular, dos estados militarmente mais significativos, no sentido de que se reduza e se elimine a presença militar estrangeira na região", impedindo ainda a introdução de armas nucleares, e de estender à área tensões e rivalidades que lhe são alheias".

Acordo só vem sem a penhora de bens

Nova Iorque — (Enviado Especial) — O Governo brasileiro não aceita incluir no acordo com os banqueiros privados sobre a dívida externa qualquer cláusula de penhora de bens ou reservas cambiais, segundo garantiu ontem um dos integrantes, da comitiva do presidente José Sarney, para quem se trata de uma medida cautelar com a qual não se pode concordar.

Apesar do aparente impasse, já que os banqueiros internacionais insistem em ter garantias mais adequadas para as dívidas do Brasil, como forma de viabilizar a liberação de novos empréstimos, o presidente José Sarney numa rápida entrevista na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) afirmou que os entendimentos com os credores estão se desenvolvendo sem grandes

dificuldades. O Presidente não quis se aventurar na previsão de um prazo para o final das negociações sobre a dívida externa.

Represália

A resistência brasileira em aceitar uma cláusula de penhora no acordo com os banqueiros parece ter um cunho mais político que realmente significado prático já que, de acordo com o assessor presidencial, uma penhora de bens ou de reservas do Brasil no exterior, poderia gerar, como represália, também uma ação interna similar contra bens móveis ou imobiliários estrangeiros. Portanto, seria uma questão apenas formal, mas sem sentido prático.

Do ponto de vista político, uma cláusula com esse teor encontraria resistências desfavoráveis no Congresso, e poderia anular, par-

cialmente, os esforços do Governo para a retomada do prestígio do presidente Sarney junto a sociedade civil. Pela nova Constituição, os acordos internacionais firmados ou a serem assinados pelo Brasil deverão ser submetidos ao Congresso. O Governo não quer também correr o risco de ver rejeitada uma negociação que já se estende por mais de um ano.

Apesar desses senões, o presidente Sarney quer deixar livre a comissão de negociação, coordenada pelo ministro Sérgio Amaral, assessor de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, para prosseguir nos entendimentos com os credores. Segundo Sarney, nunca os entendimentos com os banqueiros fluíram de forma tão eficiente e amistosa.

Solução para reserva sai logo

Nova Iorque (Do Enviado Especial) — O embaixador Marcílio Marques Moreira informou ontem que o contencioso da informática entre o Brasil e os Estados Unidos e que já resultou num prejuízo da ordem de US\$ 500 milhões para as exportações brasileiras no mercado norte-americano, deverá ter uma solução até o próximo dia 10, quando o representante do Departamento de Comércio entregará o relatório final sobre as retaliações contra produtos brasileiros.

O Departamento de Comércio estava aguardando apenas uma manifestação do Brasil, já feita através da flexibilização da lei do software. As retaliações previstas envolviam importações pelos

Estados Unidos, do Brasil, da ordem de US\$ 105 milhões de dólares. Os norte-americanos ficaram de divulgar uma lista de produtos brasileiros que sofreriam sanções fiscais, mas isto não chegou a acontecer.

Para o embaixador Marcílio Moreira o episódio deverá ser encerrado no próximo dia 10, com o relatório do Departamento de Comércio, embora não se acredite que morram aí definitivamente as intenções retaliatórias do governo norte-americano.

O embaixador Paulo de Tarso Flexa de Lima esteve nos Estados Unidos, há cerca de três semanas, negociando o contencioso, e saiu daqui bastante aborrecido com a inflexibilidade dos norte-americanos. Marcílio

Moreira não parece, entretanto, ser da mesma opinião. Ele acredita que o assunto vai ser submetido ao Congresso. O Governo não quer também correr o risco de ver rejeitada uma negociação que já se estende por mais de um ano. Segundo o embaixador, o episódio terá um final feliz para os exportadores brasileiros.

Apesar desses senões, o presidente Sarney quer deixar livre a Comissão de Negociação, coordenada pelo ministro Sérgio Amaral, assessor de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, para prosseguir nos entendimentos com os credores. Segundo Sarney, nunca os entendimentos com os banqueiros fluíram de forma eficiente e amistosa.

Sucessão é assunto lá fora

Arquivo/5-2-88

Nova Iorque (Do Enviado Especial) — O presidente José Sarney será uma peça decisiva na campanha pela sua sucessão. A opinião é do ministro Roberto de Abreu Sodré, das Relações Exteriores, para quem Orestes Quéricia é, também a melhor opção do PMDB, como candidato presidencial. Sodré manifestou essas opiniões numa longa e descontraída conversa com os jornalistas no Hotel Intercontinental, onde está hospedado o presidente Sarney. Acredita ele que a política econômica e social do Governo vai permitir ao Presidente a recuperação de seu prestígio político, já consagrado, parcialmente, na vitória dos cinco anos de mandato.

«O Presidente está livre agora das amarras que o prendiam», disse Sodré, observando que nem mesmo a Constituição que está sendo votada será obstáculo mais ao seu Governo. No seu entender, uma série de condicionamentos constitucionais deverão cair no segundo turno da votação, mas que o Governo não necessita mudar o regimento interno da Constituinte para conseguir isto, basta apresentar emendas supressivas, regulamentando posteriormente as questões que ficarem em aberto na legislação complementar.

Pais sem líderes

O espaço político para o presidente Sarney está aberto, porque, segundo o ministro Abreu Sodré, «o País não tem líderes políticos», e o que o Governo fizer daqui para frente «reforçará a liderança do Presidente». Disse ainda que «muita gente que está do outro lado, ainda verá o lado de cá».

Deixou claro que o inimigo número um do Governo, na questão da sucessão presidencial, chama-se Leonel Brizola: «Marcado como caudilho, sem ideologia



Sodré: Sarney é peça decisiva

e que apresenta um discurso de esquerda e um comportamento de direita».

Reafirmou ele sua interpretação de que Orestes Quéricia seria o melhor candidato do PMDB para enfrentar Brizola e que não vê as mesmas qualidades nem no ministro «Aureliano Chaves, que tem doutrina, mas não tem cintura», e nem em Ermirio de Moraes, que «vive anunciando que não é candidato».

Sodré evitou falar sobre as possibilidades de Jânio Quadros vir a ser o candidato do Governo, mas não se furtou de elogiar sua administração frente à prefeitura de São Paulo. No seu caso específico, negou que se candidataria à sucessão do Prefeito Jânio Quadros, porque o PFL, partido ao qual está filiado, é muito fraco em São Paulo.

Presidente chega amanhã a Brasília

Nova Iorque — O presidente José Sarney, cidadão o seu segundo dia nesta cidade, chegou a sede das Nações Unidas às nove horas, onde foi recebido pelo secretário geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, com quem conversou cerca de 15 minutos. Em seguida, o Presidente visitou o presidente da Assembléia Geral, Peter Florin, e participou da sessão, em sua homenagem, do grupo americano, onde também discursou. As 10h30, sob os aplausos dos representantes dos países, o Presidente entrou no plenário da ONU onde fez o seu pronunciamento.

Terminada a sessão, o presidente retornou ao hotel, onde concedeu entrevista a uma emissora americana de televisão e que transmite sua programação em espanhol. O compromisso seguinte foi um almoço que ofereceu aos deputados que integram sua comitiva. Daí, o presidente Sarney dirigiu-se para a sede da missão brasileira junto à ONU para uma visita de cortesia. Em seguida, foi visitar uma exposição de pintores brasileiros. Seu último compromisso foi um jantar oferecido pelo presidente de Portugal; Mário Soares.

Hoje às sete horas, o presidente Sarney toma café da manhã com editores dos principais jornais de Nova Iorque, às 8h30, e concederá entrevista coletiva à imprensa, e, logo em seguida, irá para a ONU onde concederá audiências aos presidentes do Afeganistão, do Chipre e do México. Sarney participará de almoço oferecido pelo secretário-geral da ONU aos chefes de Estado e do Governo presentes à terceira sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas dedicada ao desarmamento.